



Encontro Técnico entre TCEMG e TCE-PI

ENDIVIDAMENTO DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS NO BRASIL

Prof. Dr. Sebastião Helvecio Ramos de Castro
Doutor em Saúde Coletiva IMS/UERJ
Especialista em Controle Externo PUC/MG
Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



1

Apresentação do Tema



Origem **remota** das dívidas dos governos subnacionais no Brasil

Origem **recente** das dívidas dos governos subnacionais no Brasil

Anos
Sessenta:
onde tudo
começou

- Lei 4131, de 3/9/1962
- Resolução 63/67. BACEN
- Lançamentos das ORTN's
- Resolução 58/68 . Senado Federal
- Resolução 62/75 e 93/76 . Senado Federal

Anos Oitenta: consolidação

- 1983:
 - Acordo com o Fundo Monetário Internacional
 - Resolução 831/83 BACEN
- Avisos MF-30, MF-09 e outro
- Lei 7614/87. Votos 340 e 548 CMN
- Resolução 1469 / 88 . BACEN
- Resolução 94/89 . Senado Federal
- Lei 7976/89

Anos Noventa: agravamento

- Lei 8388/91
- Lei 8727/93
- Emenda Constitucional 03/93
- Plano Real, 1994
- Resolução 11/94
- Resolução 69/95
- Voto CMN 162/95



Origem **remota** das dívidas dos governos subnacionais no Brasil

Origem **recente** das dívidas dos governos subnacionais no Brasil

- Lei 9496 de 11/09/1997
- Situação dos Estados Brasileiros: Dívida e Receita Líquida

Origem recente das dívidas dos governos subnacionais no Brasil

Estados
Brasileiros:
Dívida e
Receita
Líquida

Posição:
30/06/97

Em R\$ Bilhões

Regiões/Estado	Dívida Total	Receita Líquida Real	Dívida/Receita (%)
Norte	4758.4	5032.1	0.95
Acre	574.9	406.6	1.14
Amapá	72.4	458.4	0.16
Pará	1247.5	1457.0	0.86
Rondônia	868.2	547.8	1.58
Roraima	128.8	23.2	5.55
Tocantis	285.7	610.1	0.47
Nordeste	20838.9	12884.5	1.62
Alagoas	1976.1	721.8	2.74
Bahia	5331.7	3578.4	1.49
Ceará	2160.3	2048.3	1.05
Maranhão	2858.9	1221.2	2.34
Paraíba	1906.4	1024.2	1.86
Pernambuco	2885.7	2098.8	1.37
Piauí	1806.4	816.8	2.21
Rio Grande do Norte	825.4	699.4	1.18

Continua...

Origem recente das dívidas dos governos subnacionais no Brasil

Estados Brasileiros: Dívida e Receita Líquida

Posição:
30/06/97

Continuação

Em R\$ Bilhões

Regiões/Estado	Dívida Total	Receita Líquida Real	Dívida/Receita (%)
Centro-Oeste	11967.8	7228.0	1.66
Distrito Federal	828.6	3694.2	0.22
Goiás	5487.8	1641.4	3.34
Mato Grosso	3316.9	1159.0	2.86
Mato Grosso do Sul	2334.4	733.4	3.18
Sudeste	89736.3	36410.8	2.46
Minas Gerais	14593.8	6398.0	2.28
Espírito Santo	1330.8	1759.4	0.76
São Paulo	61019.3	21939.4	2.78
Rio de Janeiro	12793.4	6314.0	2.03
Sul	21341.8	9963.9	2.14
Paraná	3448.8	2852.5	1.22
Rio Grande do Sul	13620.3	4913.4	2.77
Santa Catarina	4232.8	2198.0	1.98
TOTAL	148643.1	71519.3	1.98

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Folha de São Paulo, de 20/01/1998



2

Dez Razões para a Renegociação

Contextualização da Lei 9496/97

Cenários Econômicos: 1997/2012

2.1 Constituição da República, Constituição Cidadã, 1989

2.2 Princípio Republicano

Art. 1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo Único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

2.3 Princípio Federativo

Art. 18 :

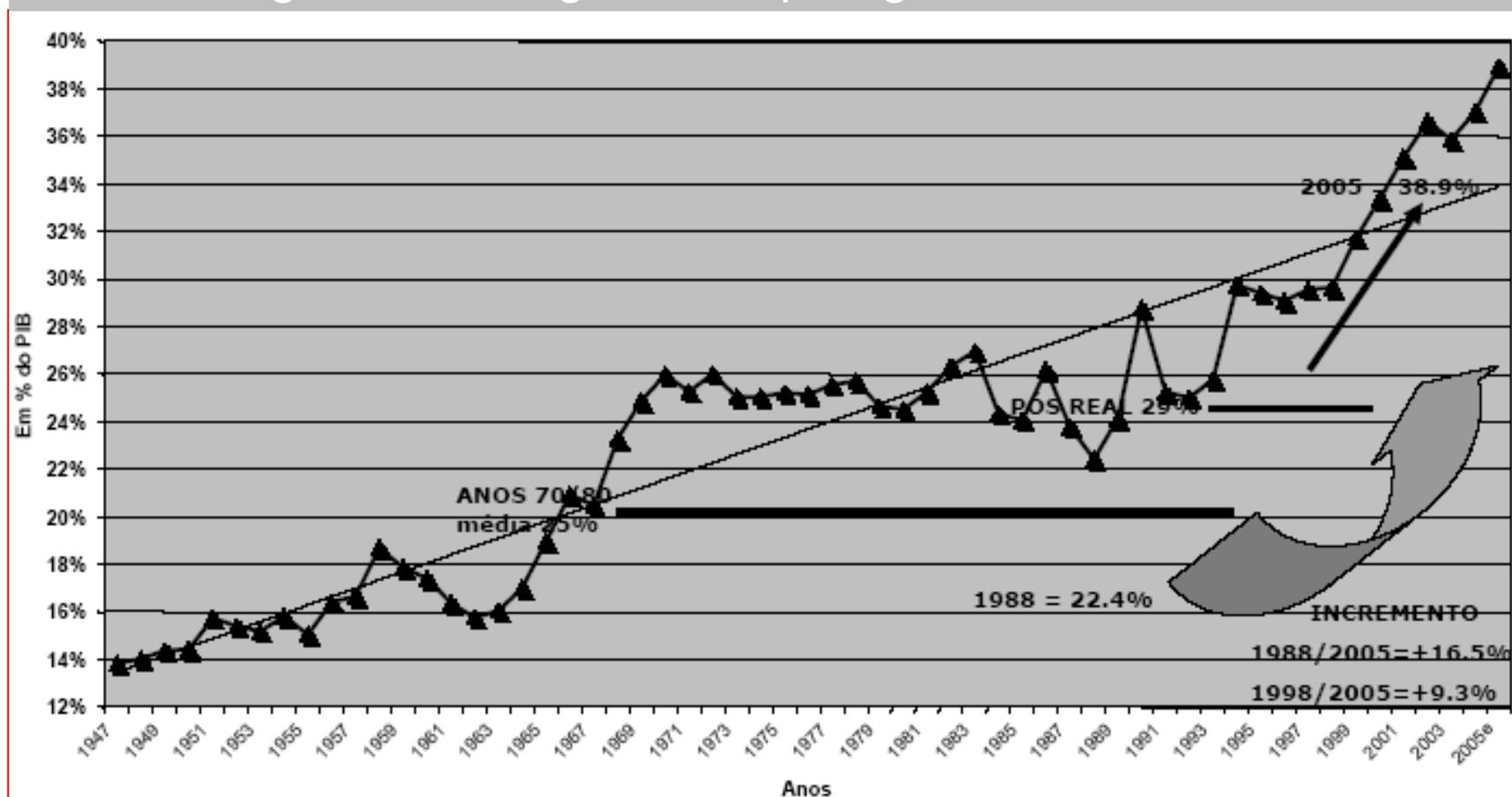
A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Art. 60, parágrafo 4º, inciso I:

Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

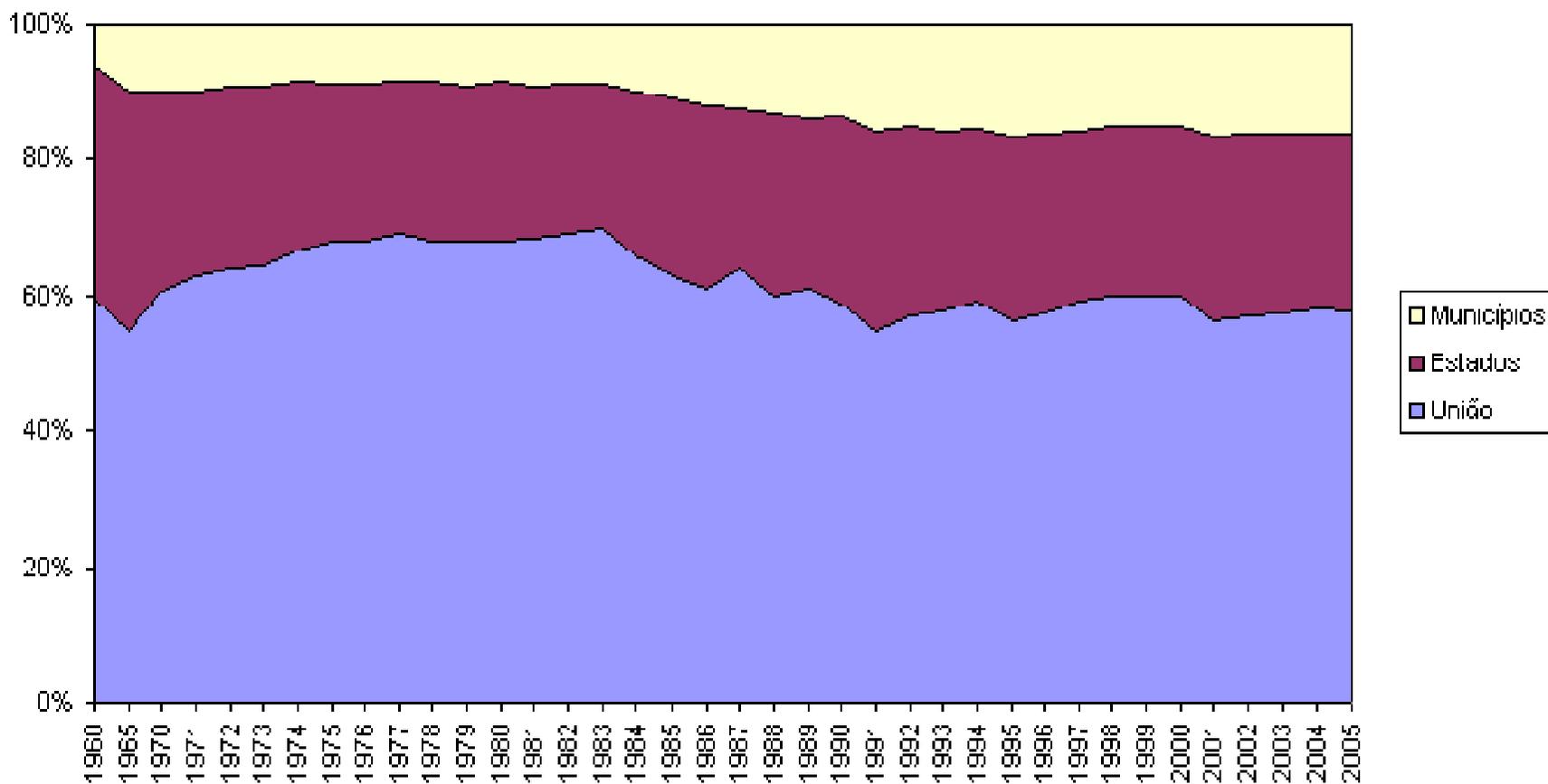
2.3 Princípio Federativo

Carga tributária global no pós-guerra 1947 a 2005e



2.3 Princípio Federativo

Receita fiscal disponível nos três entes federados



2.4 Indexadores: IPCA, IGP-DI e TAXA SELIC (média anual) 1998-2010

ANO	IPCA	DEFLATOR IMPLÍCITO	ENCARGOS DA DÍVIDA COM A UNIÃO			SELIC (média)
			IGP-DI	JUROS REAIS	ENCARGOS TOTAIS	
1998	1,66	1,63	1,70	7,50	9,33	24,40
1999	8,94	6,90	19,98	7,50	28,98	24,80
2000	5,97	6,60	9,81	7,50	18,05	17,60
2001	7,67	10,77	10,40	7,50	18,68	17,40
2002	12,53	10,66	26,41	7,50	35,89	19,20
2003	9,30	14,87	7,67	7,50	15,75	23,40
2004	7,60	12,55	12,14	7,50	20,55	16,30
2005	5,69	4,50	1,22	7,50	8,81	19,10
2006	3,14	7,31	3,79	7,50	11,57	12,90
2007	4,46	6,39	7,89	7,50	15,98	11,20
2008	5,90	11,32	9,10	7,50	17,28	12,70
2009	4,31	5,74	-1,43	7,50	5,96	9,90
2010	5,91	7,34	11,30	7,50	19,65	10,30
Acumulado	122,78	176,66	206,30	156,04	684,25	649,01

Fontes: Ipeadata (acesso em 25/02/2010) ; IBGE e Banco Central do Brasil
Relatório das Contas do Governo do Estado de Minas Gerais - Exercício 2010

2.4 Indexadores: IPCA, IGP-DI e TAXA SELIC (média anual) 1998-2010

Projeção da Dívida com a União corrigida pelo IGP-DI e IPCA

Dívida em
2010

R\$ 54,739
Bilhões

Projeção para 2028

IGP-DI

R\$ 59,459
Bilhões

IPCA

R\$ 17,399 Bilhões

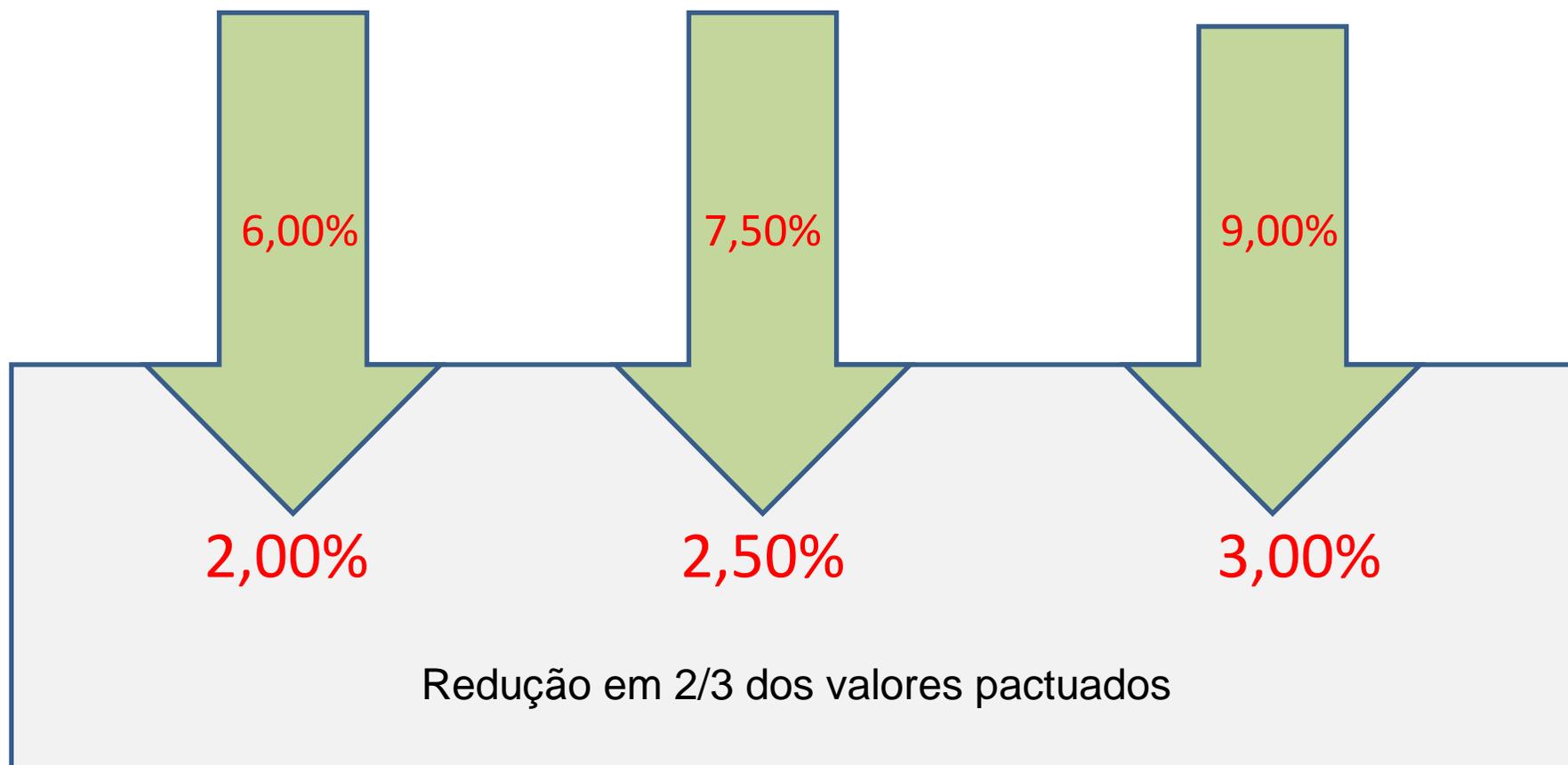
Redução de R\$ 42,060
bilhões ou ganho de 70%

2.5 Tabela Price

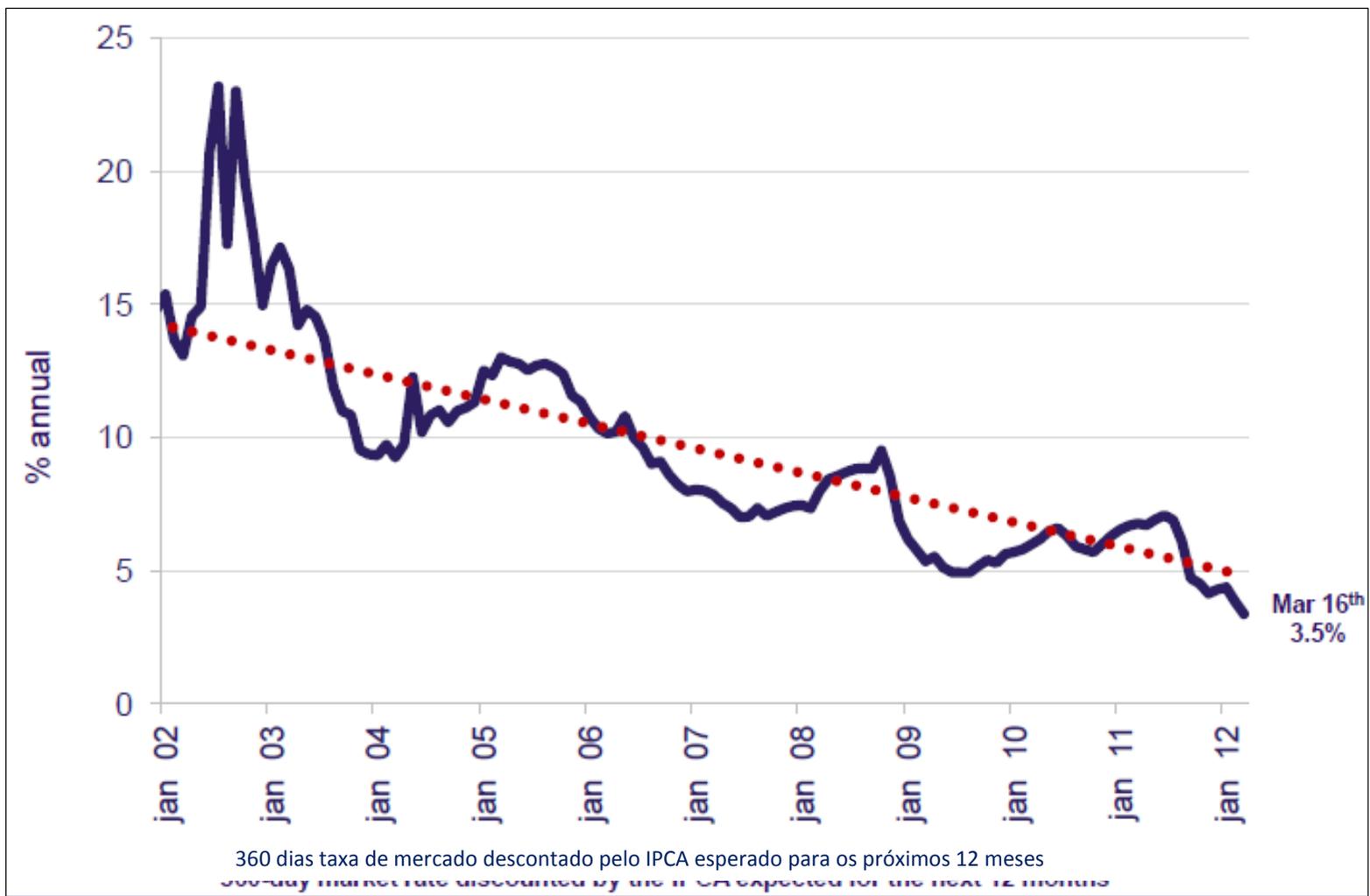
Tabela Price

- Richard Price, 1771
- Sistema Francês de amortização
- “juros compostos “
- Anatocismo
- Súmula 121 STF (13/12/1963):
“ É vedada a capitalização de juros , ainda que expressamente convencionada”

2.6 Fixação dos juros



2.7 Juros Reais no Brasil



FONTE: BACEN

Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

2.8 Ausência de cláusula do equilíbrio econômico financeiro

Art. 37, XXI, CR,
regulamentado
pela Lei 8666 de
21/6/1983

- Política cambial de 1999/2002
- Redução de carga tributária 2009
- Redução da SELIC, abaixo de dois dígitos, 2012

2.9 Comprometimento de 13% da RLR, para amortização da dívida

- Acórdão 1904/2006 – TCU Plenário
- Acórdão 315/2007 – TCU Plenário
- Processo 841956/2011 – TCEMG Plenário

2.10 Investimento Público



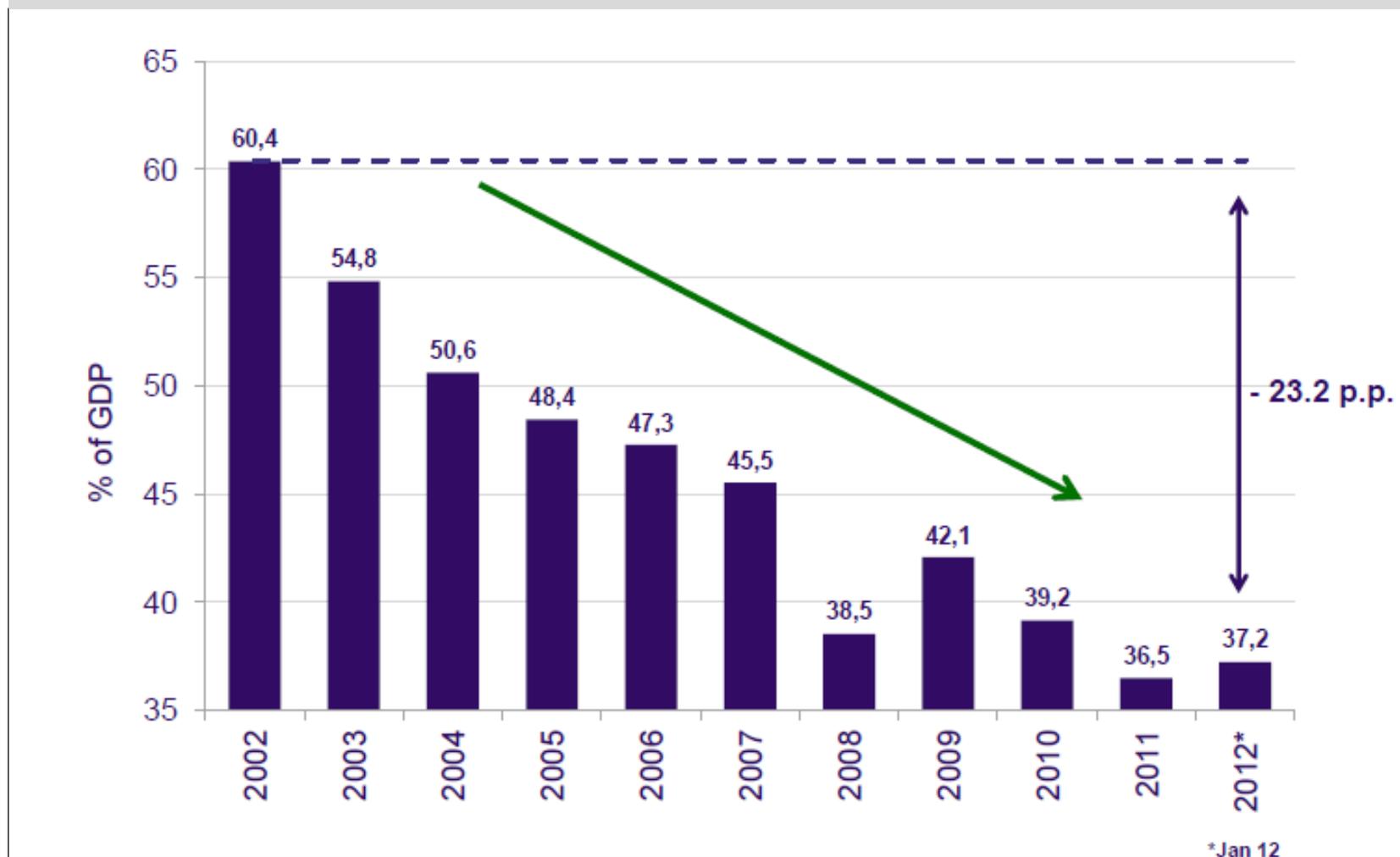
2

Razões para a Renegociação

Contextualização da Lei 9496/97

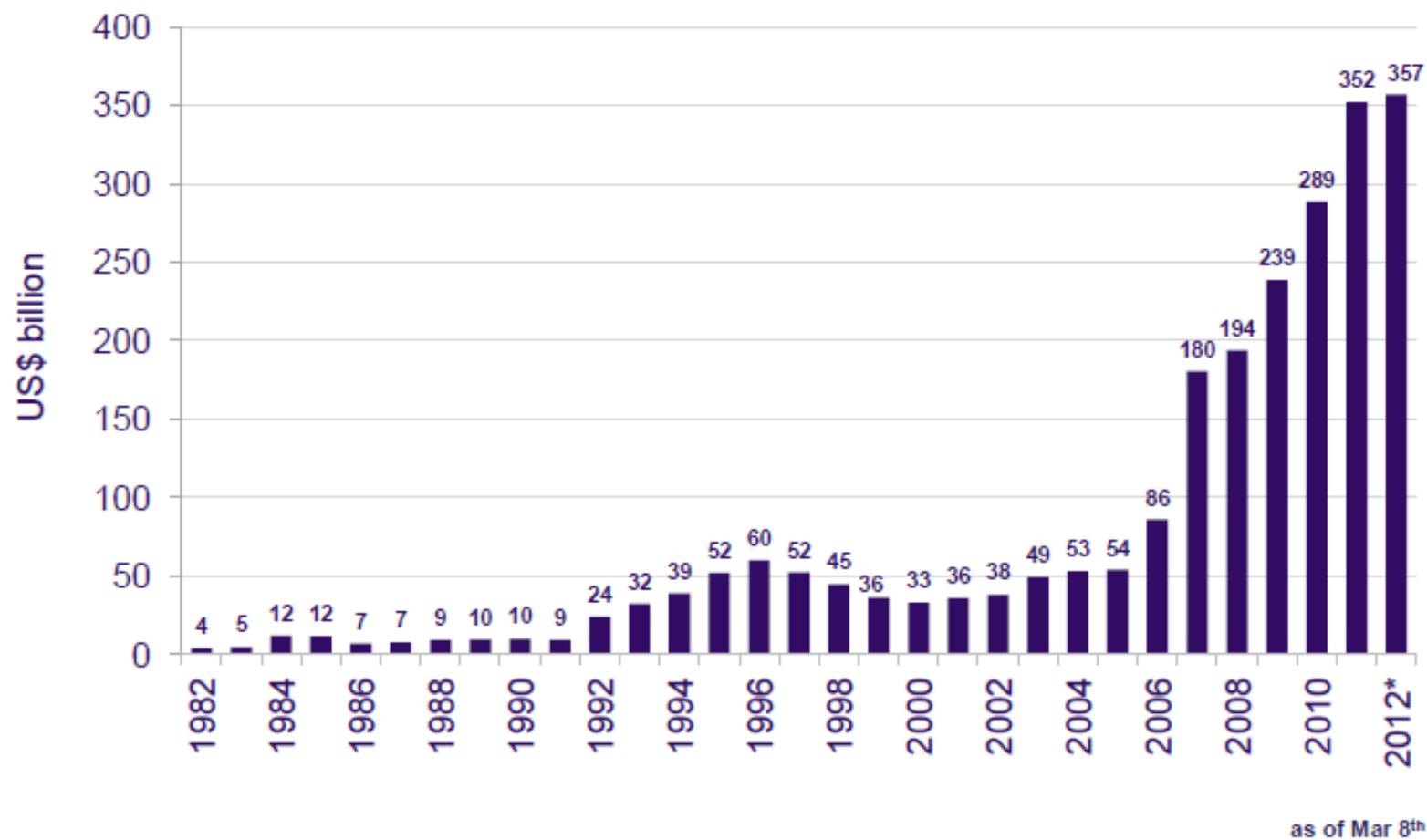
Cenários Econômicos: 1997/2012

Declínio da Dívida Pública



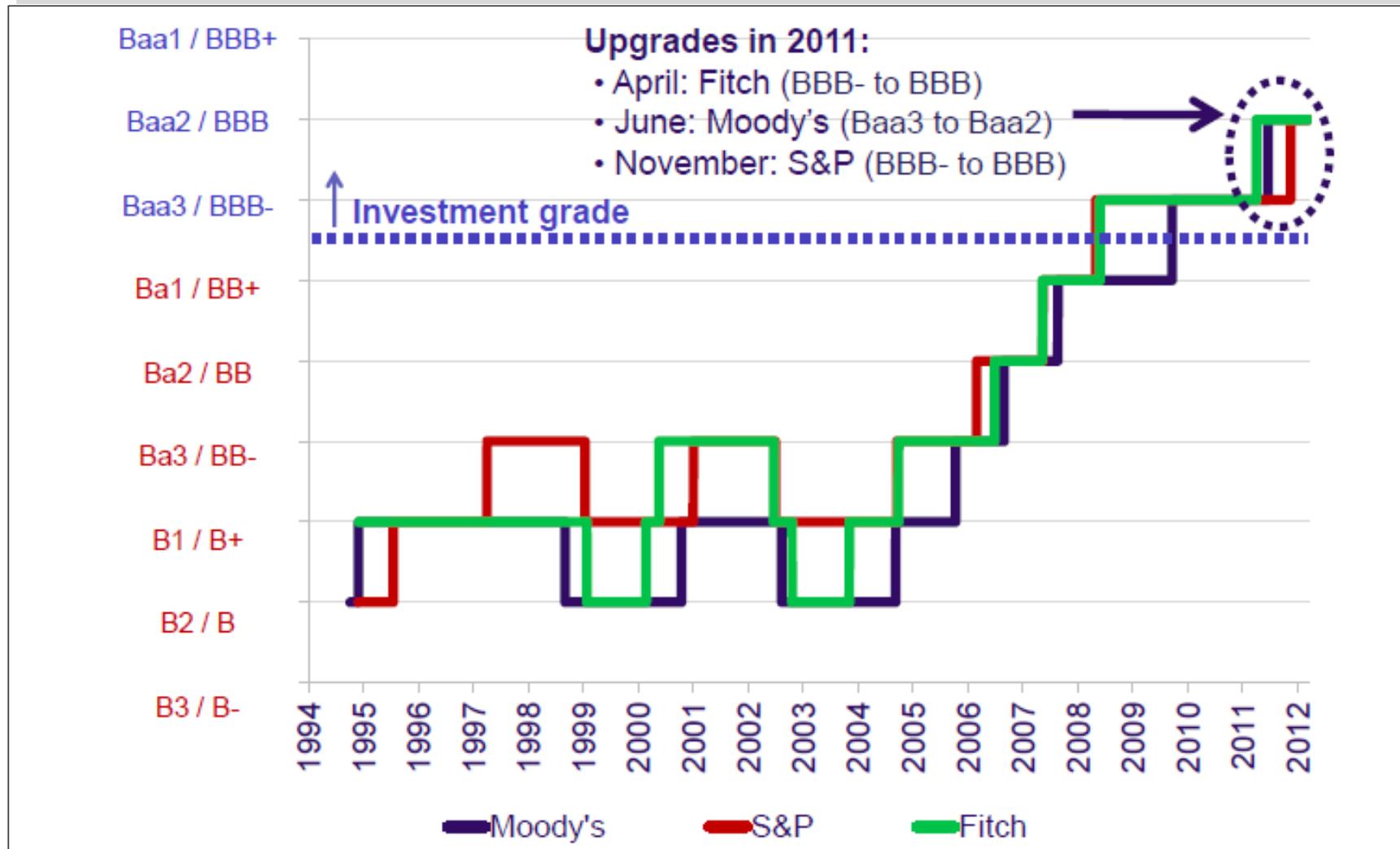
FONTE: BACEN

Reservas Internacionais



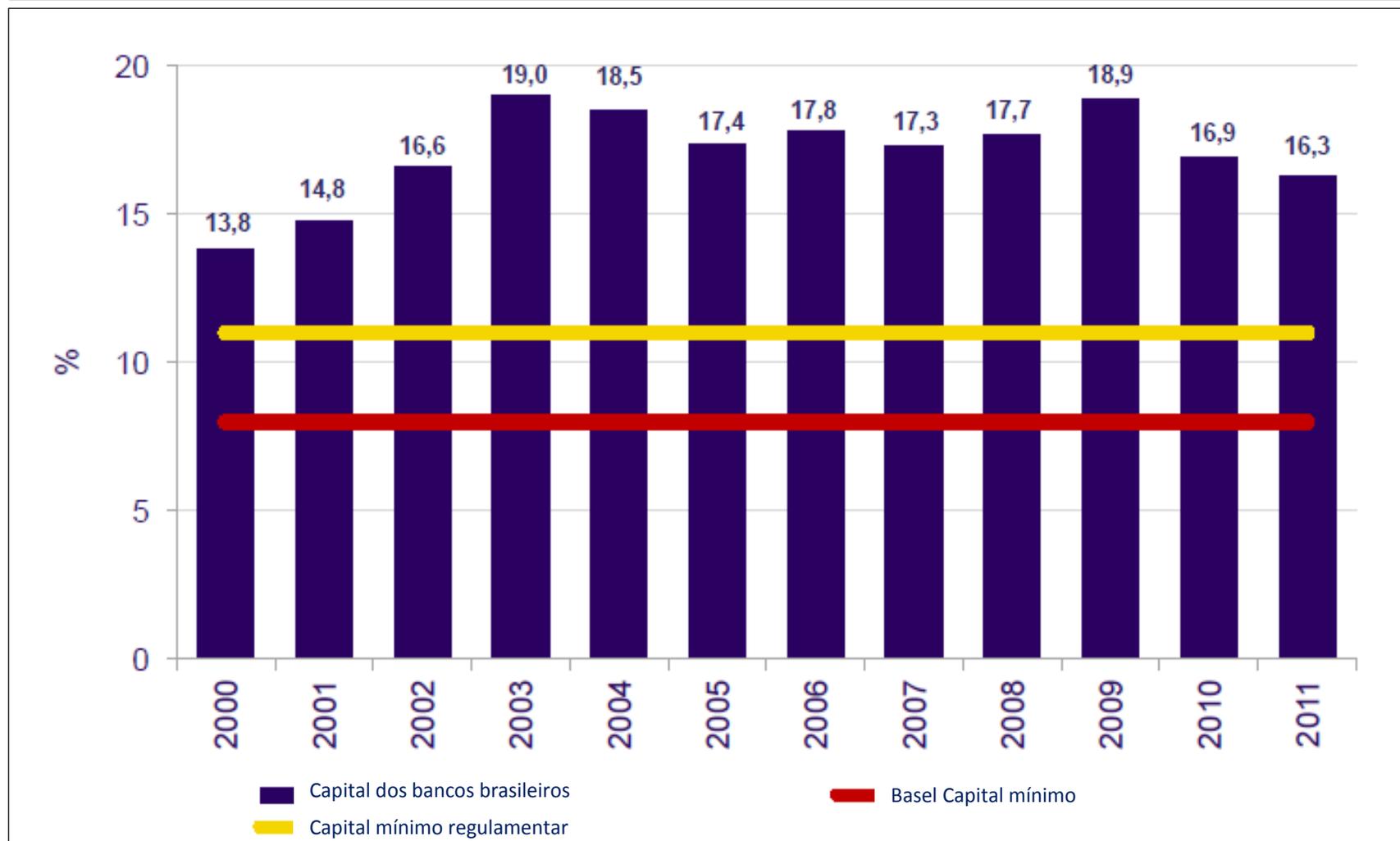
FONTE: BACEN

Ratings de Crédito



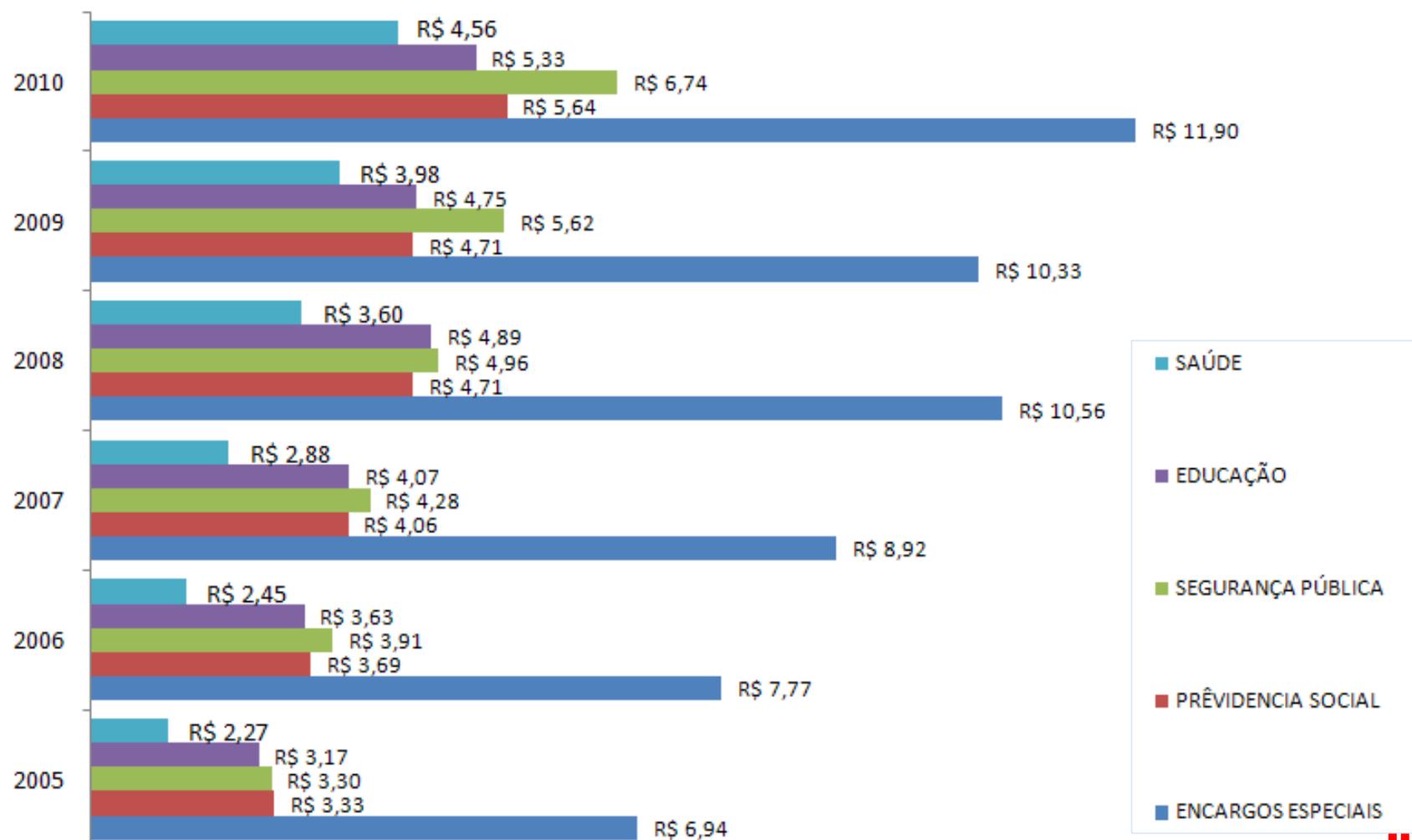
FONTE: BACEN

Bancos Brasileiros Bem Capitalizados



FONTE: BACEN

Despesa Realizada por função em Minas Gerais /2005-2010



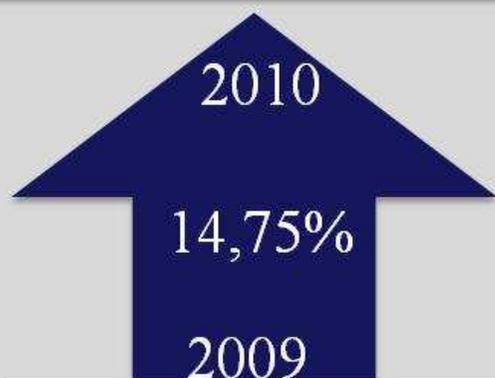
Fonte: Armazém de Informações

Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Dívida Pública do Governo do Estado de Minas Gerais Situação Atual e Perspectivas

DÍVIDA TOTAL

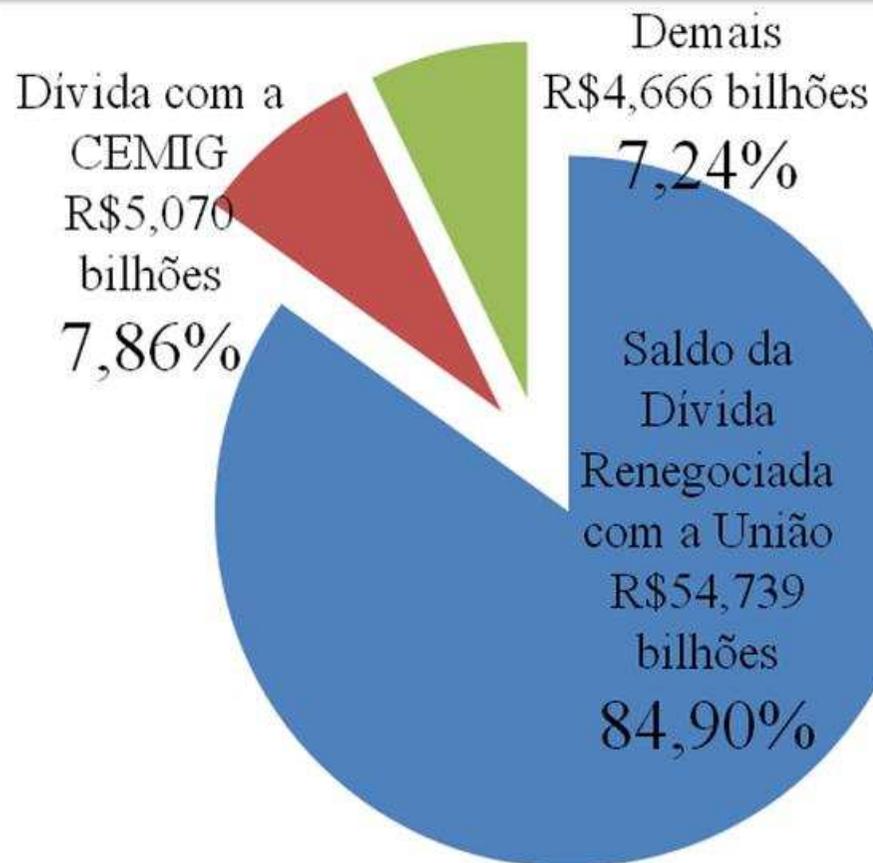
R\$ 70,031 bilhões



R\$ 61,032 bilhões

Total Dívida por Contratos
R\$64,475 bilhões

DÍVIDA POR CONTRATOS



Índice de comprometimento da Receita - RLR

Até 2028

13% da RLR

2029-2038

Refinanciamento do Resíduo da
Dívida

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU
Em 2006

38,7% da RLR

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Em 2007

14,4% da RLR

Histórico da Dívida com a União

Estimativa da taxa de crescimento real da Receita - RLR

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

3% ao ano

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

3,62% ao ano

Crescimento do PIB - 1996 a 2010

3,21%

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

SUBESTIMAÇÃO
das receitas futuras

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUPERESTIMAÇÃO
das receitas futuras

Agravamento

Atenuação

Arrecadação Tributária – Minas Gerais -2008/2010

Em Milhões de R\$

PERÍODO	ICMS Principal (com PPE)		IPVA		ITCD		IRRF		Taxas		Receita Tributária	
	Valor	Taxa de Crescimento (Ano Anterior)	Valor	Taxa de Crescimento (Ano Anterior)	Valor	Taxa de Crescimento (Ano Anterior)	Valor	Taxa de Crescimento (Ano Anterior)	Valor	Taxa de Crescimento (Ano Anterior)	Valor	Taxa de Crescimento (Ano Anterior)
2008	22.542,00	18,8	1.838,60	15,8	170,4	35,3	1.388,40	33,3	1.100,90	17,8	27.040,40	19,3
2009	22.003,00	-2,4	2.075,80	12,9	195,6	14,8	1.285,60	-7,4	1.240,70	12,7	26.800,70	-0,9
2010	26.272,20	19,4	2.288,50	10,2	259,2	32,5	1.564,60	21,7	1.361,10	9,7	31.745,50	18,5
2010/2008		16,50%		24,50%		52,10%		12,70%		23,60%		17,40%
IPCA	17,00%											

Fonte: SCCG/SEF-MG

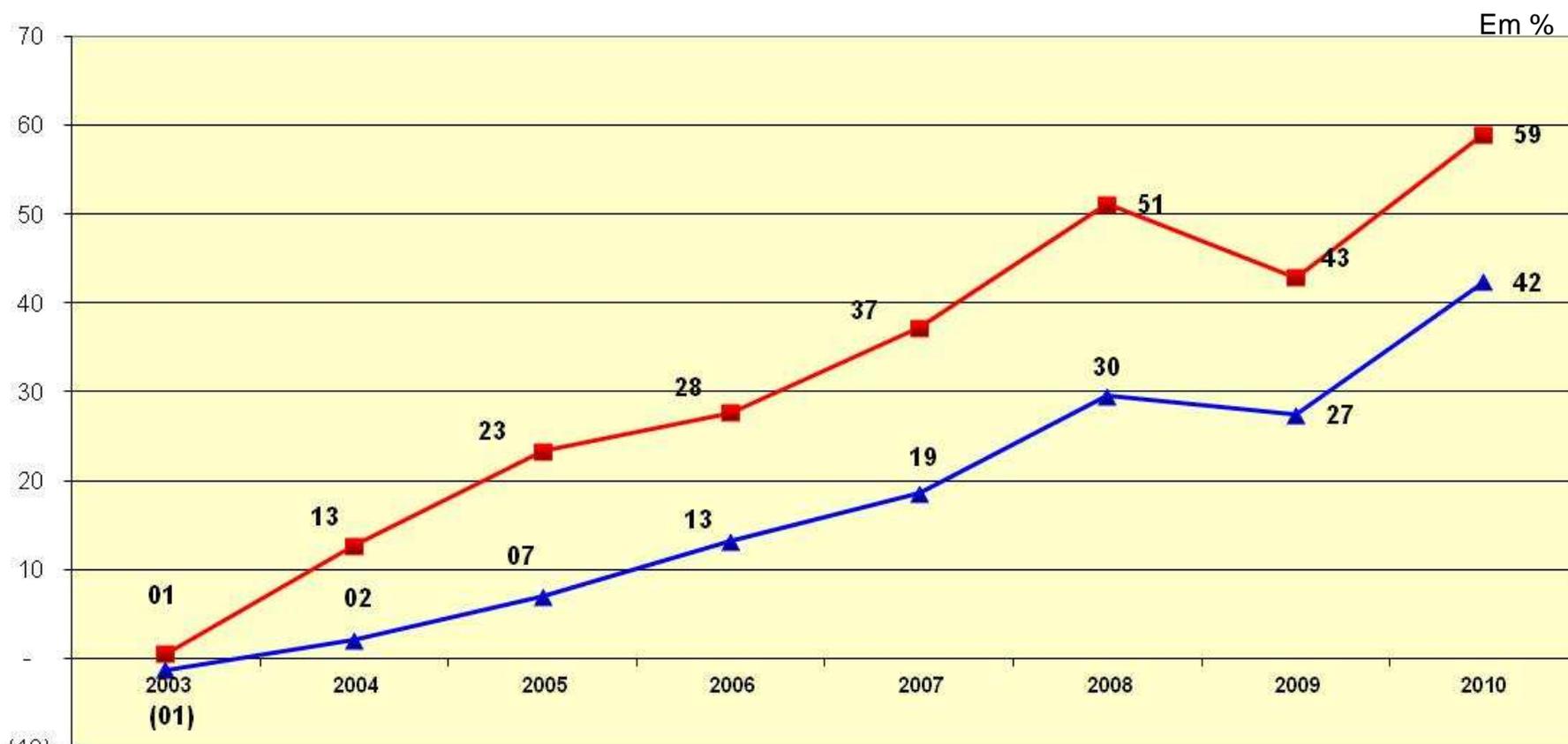
**Arrecadação do
ICMS
a preços
constantes (IPCA)
2008/2010**



Fonte:SEF/MG:

Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Crescimento Real Acumulado do ICMS (em relação ao ano anterior) Minas Gerais x Brasil

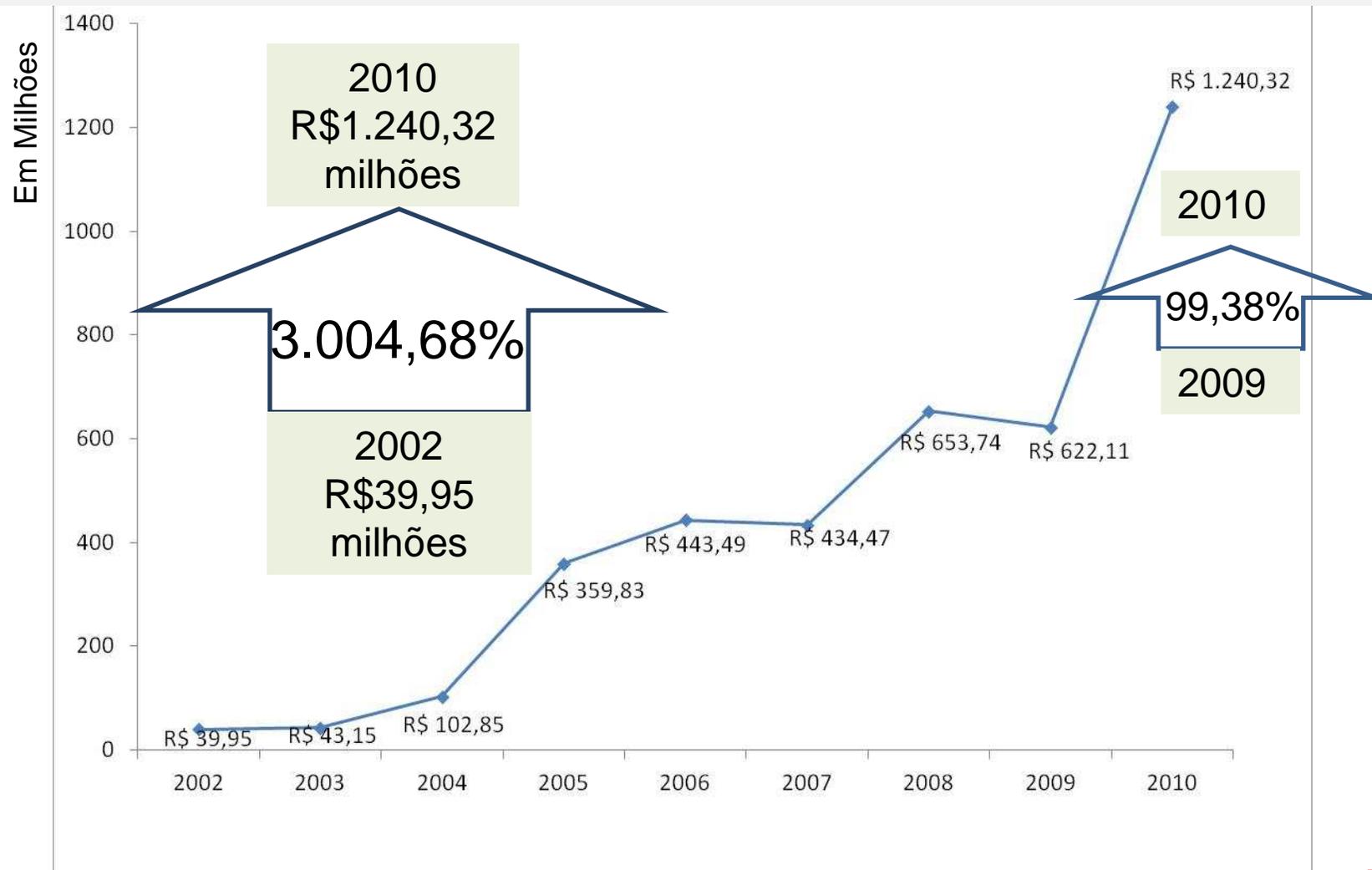


(10)

Elaboração: DGI/DINF/SAIF/SEF
Fonte: Cotepe/ICMS

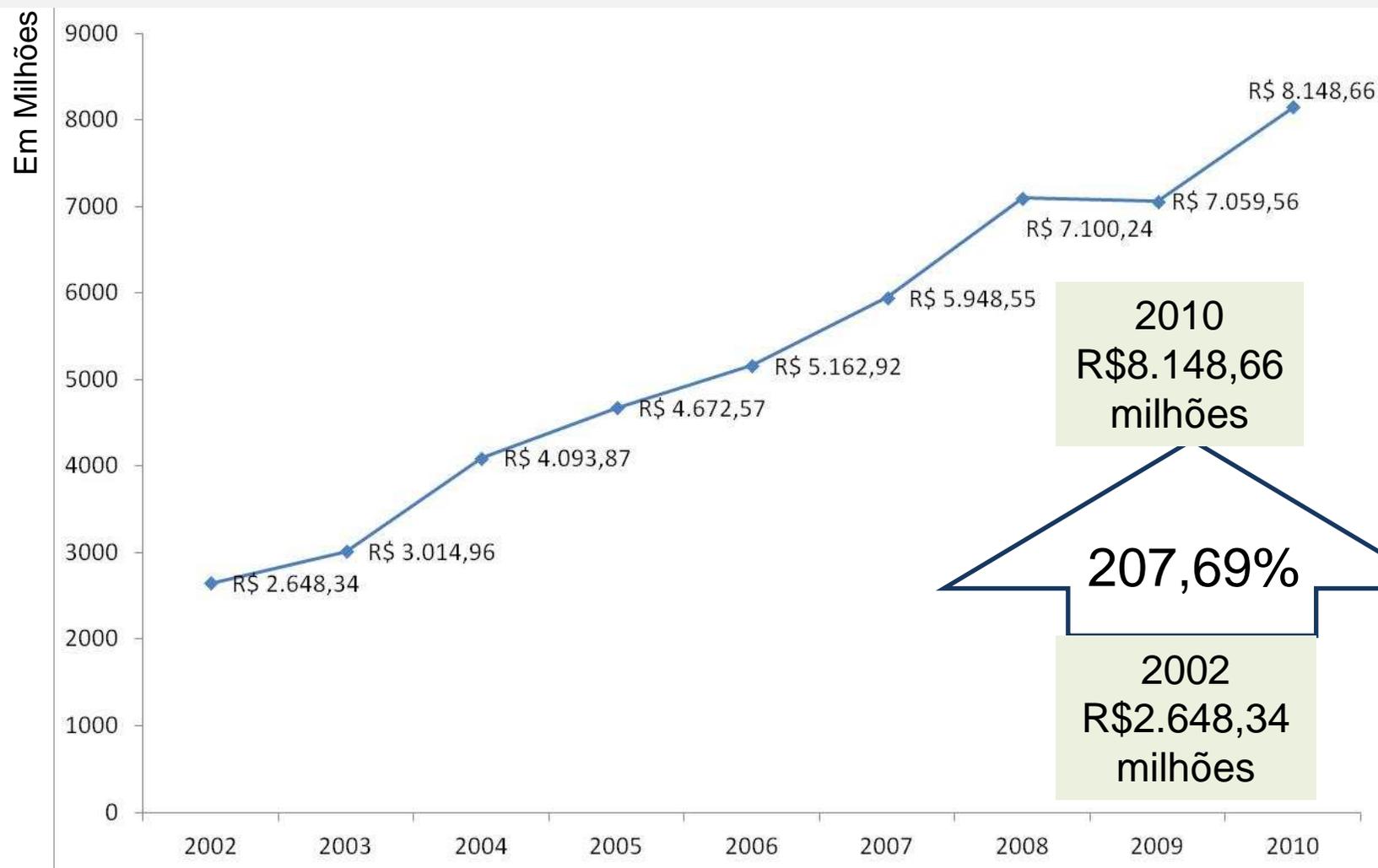


Transferências Voluntárias – Estado MG para Municípios



Armazém de Informações - SIAFI

Transferências com Recursos Vinculados – Estado Minas Gerais para Municípios





3

Propostas para a Renegociação

Propostas

➤ Troca do Indexador IGP-DI → IPCA

➤ Adequação dos juros ao mercado atual

redução em 2/3 dos valores pactuados

Índice	1998	2011
Selic	28,8%	11,6%
IGP-DI	1,7%	5,0%
IGP-DI +7,5%	9,3%	12,9%

Propostas

- Redução da taxa de comprometimento da RLR

13% → 10 %

- Inclusão da cláusula do equilíbrio econômico financeiro do contrato



Federar é preciso,
federalizar não é preciso!



Obrigado!

sebastiaohelvecio@tce.mg.gov.br